

Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais

Guiomar I. Germani*

*Professora do Departamento de Geografia e do Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, UFBA.

Introdução

Este texto serviu de base para a participação, como expositora, no XX^o Encontro Nacional de Geografia, realizado em julho de 1998, em Vitória da Conquista (BA)¹

A organização desse Encontro e, em especial, o coordenador da mesa, teve a sensibilidade em convidar para compô-la não só quem estuda o tema mas representante dos que, diretamente, constróem o tema na realidade. Foi uma composição de mesa que comprovou o reconhecimento da atuação dos movimentos sociais — e, no caso, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra — MST, que passam a ocupar, também, o espaço da academia, não só através de inúmeros trabalhos de teses e pesquisas que têm a Reforma Agrária e os Movimentos Sociais como tema, mas com sua presença no debate acadêmico. Oportunidade em que se pode avaliar se o que se está produzindo, a nível acadêmico, corresponde à realidade.

Oportunidade, também, de trazer para discussão algumas questões com que, particularmente, venho trabalhando e que acredito interessar diretamente aos profissionais da Geografia. Digo isto, não no sentido de limitar o olhar ao nosso umbigo, mas, ao contrário, para evidenciar no tema sua dimensão espacial, por reconhecer que a Reforma Agrária é construída no embate de forças e de interesses antagônicos, por isso mesmo cheia de avanços e recuos. Embora sacramentada pela lei maior do País, hoje, o instrumento mais eficaz da Reforma Agrária é a pressão organizada dos movimentos sociais. E, se queremos compreender esta relação, temos não só de debruçar-nos sobre os livros mas, principalmente, sobre uma realidade dinâmica à qual estamos visceralmente ligados.

Fica evidente que a realização de uma Reforma Agrária vem sempre revestida de um cunho eminentemente político. O tema implica questões técnicas e sócio-econômicas, porém a decisão política é, sem dúvida, o fator determinante e por isso, quiçá, o mais difícil de transpor. Não deve ser somente a reivindicação de uma classe, mas o desejo de uma parte significativa da sociedade para poder tornar-se realidade ante a força dos que a ela se opõem. E esta compreensão do tema que coloca os profissionais da Geografia como coadjuvantes deste capítulo da história, por nossos atos ou por nossas omissões.

Há algum tempo venho acompanhando e analisando a atuação do Estado com relação a sua política agrária, em especial, à realização de assentamentos de população na área rural. Ultimamente, coordeno um projeto de pesquisa sobre a *Geografia dos Assentamentos na Área Rural*, tendo como referência os projetos de Reforma Agrária realizados no Estado da Bahia. O que trago aqui não são conclusões mas questões preliminares que estão surgindo ao longo dessa investigação e tornando-se, cada vez mais claras, à medida que vamos nos aprofundando no tema.

A elaboração deste texto enfoca a relação entre as ações públicas e os movimentos

sociais. Primeiro, mostrando como a pressão dos movimentos sociais, em um novo contexto, altera a atuação do Estado, com relação a sua política agrária. E, em seguida, mostrando como isto influi na espacialidade das ações da Reforma Agrária, tanto com relação a sua distribuição no território como na organização espacial interna dos projetos de assentamentos.

A política agrária e os movimentos sociais

Tive como referência inicial o geógrafo espanhol Nicolás Ortega que, estudando as políticas agrárias e a dominação do espaço, afirma que o Estado atua através de sua política agrária, propondo e potenciando uma verdadeira estratégia de produção do espaço, o que transforma o Estado num importante protagonista deste processo, como responsável pelas intervenções no espaço (ORTEGA, 1979).

Ao concordar com esse autor e buscando entender a atuação do Estado brasileiro com relação à sua política agrária cabe perguntar: qual é a estratégia de produção do espaço que se consegue ler na atuação do Estado, através de sua política agrária, nestes últimos períodos?

Para precisar esta questão, faz-se necessário voltar um pouco no tempo, a um passado não muito distante, em 1964, pós-golpe militar, quando o que predominava com relação à política de terras eram os grandes projetos de colonização. Naquele período, a política de colonização dirigida pelo Estado caracterizou-se por ser não apenas uma estratégia contra a Reforma Agrária, cuja reivindicação continuava latente em parcela da sociedade brasileira, como também uma tentativa de “impedir” e “ordenar” uma Reforma Agrária “espontânea” que estava ocorrendo em áreas menos povoadas, como que se reeditando a “Lei de Posses”.²

Embora tenha havido projetos de colonização dirigida em vários estados do País, estes só ocorriam para aliviar as tensões sociais e só eram realizados pela agudização dos conflitos pela terra. A estratégia do Estado, naquele período, concentrou sua atuação no norte do País, lugar que, naquele tempo, era longe, muito longe do litoral e dos centros de decisões políticas, abrindo novas fronteiras de ocupação do território brasileiro. Os projetos de colonização dirigida eram realizados longe dos centros urbanos, sem possibilidade de articulação com o mercado, e, neles, não aparecia a preocupação com a viabilidade do empreendimento.

A organização espacial dos projetos era imposta pelos técnicos, predominando a distribuição de lotes individuais, num sistema linear e simétrico, o que impunha, também, uma forma individual de organização da produção. O projeto não era pensado como um todo, mas como uma somatória de unidades familiares, cada uma com um projeto individual a ser realizado numa parcela de terra.

Normalmente, a implantação destes projetos implicava em grandes deslocamentos de população, redirecionando, inclusive, os fluxos tradicionais de migração interna. A capacidade de conhecer e adaptar-se às novas condições passa a ser um elemento imitante e definidor dos resultados do projeto. Mas isto não acontecia por incapacidade técnica ou falta de visão dos então responsáveis pela política agrária e, sim, porque o objetivo principal da política agrária, naquele momento, não era o de promover mudanças na distribuição de terras, mas o de eliminar os focos de tensão e de conflitos agrários onde eles aconteciam — dos quais a repressão do regime militar não conseguia dar conta de debelar — e transportá-los para bem longe onde era difícil ser notícia ou incomodar.

Esta política encontrava respaldo na ideologia da Escola Superior de Guerra, em sua preocupação estratégica de ocupar os espaços vazios, viabilizada mediante a política

de integração da Amazônia, atendendo, assim, a objetivos geopolíticos. Este era um dos eixos da estratégia da produção do espaço levada a cabo pelo Estado militar. Mas havia outra carta escondida no bolso dos uniformes: é que, além de transferir os focos de tensão agrária para longe, previa-se que os homens sem terra “amansassem” as terras novas e que estes depois ficassem disponíveis para trabalhar para os outros homens, que viriam com o capital, para implantar os grandes projetos agropecuários, em sua grande maioria financiados pelo Estado.

Ocorre que, na história dos povos quando uns homens fazem planos para os outros cumprirem, as coisas nem sempre acontecem conforme o planejado. Assim, se alguns homens têm o poder de fazer planos para os outros, estes outros têm, também, o poder de mudar as previsões projetadas nos planos, alterando-os e trazendo novos elementos. Isto para o planejador “tecnoburocrata” passa a ser tratado como “problema”, mas, visto de outro ângulo, assume a conotação de esperança na transformação e na mudança.

E assim aconteceu, pois nas terras “imaginadas” vazias tinham muitas populações não consideradas: os índios, os seringueiros, os castanheiros, os ribeirinhos... E os homens que foram levados para “amansar” a terra eram muitos, muito além do necessário para trabalhar nos projetos agropecuários que se instalaram na região. O que antes havia sido pensado como uma “solução” virou um “problema” e, rapidamente, o mapa dos focos de tensão e de conflitos na luta pela terra, antes restrito às terras mais densamente ocupadas ou apropriadas, passa a ser registrado em todo o território nacional.³

Ao mesmo tempo, para viabilizar esta estratégia de ocupação dos vazios e de integração do território nacional, é construído um sistema de comunicações e de transportes necessários à mobilidade do capital e das mercadorias. Mas um caminho, normalmente, sempre tem duas vias. Estes caminhos abertos facilitaram a mobilidade não apenas das pessoas, como também de notícias e, ainda, de idéias. Apesar das especificidades regionais, estes caminhos permitiram e permitem que se descubram elementos comuns que criam uma identidade de situações e de ações. Isto se verificou nos movimentos dos distintos setores sociais que, cada vez mais, passam a atuar de forma organizada, em nível nacional.

São esses movimentos que, num momento posterior, a partir de 1985, com a retomada do regime democrático no País, pressionam para colocar, mais uma vez, a Reforma Agrária em pauta no cenário nacional, criando, também, novo espaço de luta: o espaço parlamentar. O fracasso dos projetos de colonização dirigidos pelo Estado, a continuidade e o aumento crescente dos conflitos e a organização de parcelas da sociedade neles envolvidas fazem com que a discussão da Reforma Agrária volte a ganhar espaço. A Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 1983, recupera o antigo e reprimido sonho da Reforma Agrária e se apresenta como uma tentativa de estender a questão para mais além da área rural: a toda a sociedade.

O enfrentamento se manifestava tanto no plano político da Assembléia Nacional Constituinte (1988) como no plano militar, nos conflitos armados e nas ocupações de terras que emergem em todo o País. Estes enfrentamentos criavam, constantemente, um fato novo e exigiam do Estado uma atuação mais concreta por meio de seus mecanismos de decisão da política agrária. Não obstante as limitações e dificuldades, em outubro de 1985, é aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária —PNRA. Desde esta data não foram mais implantados projetos de colonização e toda a atuação do Estado, com relação a assentamentos de população na área rural, deu-se dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Apesar da tentativa, no governo Collor (1990-1992), para voltar à tona os projetos

de colonização, desta vez realizados por particulares, esta não vigorou como proposta oficial. Tanto no plano político como no plano militar, verifica-se que a correlação das forças na sociedade não é estática e os enfrentamentos vão-se definindo na própria implantação da política agrária, delineando o perfil e o alcance das soluções para estas questões. A atuação do Estado passa, cada vez mais, a ser determinada pela pressão dos conflitos e dos movimentos sociais organizados. Ao mesmo tempo, a pressão para agilizar o processo fortalece, sempre mais, a organização dos movimentos de luta pela terra.

Após idas e vindas, criação e recriação de ministérios e trocas de ministros, o movimento social só fez crescer e, mais, viabilizar a integração nacional de um segmento da sociedade até então excluído. Destaca-se, sobremaneira, a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra — MST, que se articula numa “rede” que unia, inicialmente, Encruzilhada Natalino, os expropriados de Itaipu, Pontal de Paranapanema entre outros. Consolida-se, como uma “rede com estrutura aberta” que permitiu e permite novas incorporações, como Eldorado de Carajás, Curumbiara, Pedro Canário... e recuperou-se a história, incluindo nesta rede Canudos, Contestado e Palmares. É uma “rede de estrutura aberta”, mas tecida com nó cego que, seguramente, será difícil desfazer...

Dito isto, voltamos para nossa preocupação de entender que tipo de estratégia está sendo produzida pelo Estado, hoje, através da Reforma Agrária, e vemos que:

- desde 1985, não foram mais implantados projetos de colonização. Toda atuação do Estado deu-se através de projetos de assentamentos dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária;
- apesar da tentativa havida, no governo Collor, para voltar à tona os projetos de colonização realizados por particulares, tal tentativa não vigorou como proposta oficial;
- cada vez mais, a pressão para agilizar o processo de implantação do PNRA fortalece a organização dos movimentos de luta pela terra;
- a atuação do Estado continua sendo determinada pela pressão dos conflitos e dos movimentos organizados;
- as pessoas não são mais deslocadas, para áreas distintas de sua origem e passam a ser assentadas nos locais ou próximos as áreas de conflito;
- a origem dos assentados não é só da área rural mas pessoas da cidade, sem perspectiva de conseguir trabalho, passam a se incorporar aos movimentos por terra;
- quanto a organização do espaço no interior dos assentamentos, o modelo continua sendo o utilizado nos projetos de colonização, ou seja, o de fracionar a terra em unidades familiares, fazendo caber o máximo de módulos rurais possíveis.

Se, no período anterior, durante o regime militar, era mais fácil identificar uma estratégia desenvolvida com relação ao planejamento do espaço, com os denominados “Projetos de Colonização Dirigidos”, o mesmo não ocorre com relação a atual política de Reforma Agrária.

Mapeando uma série histórica de criação de projetos de assentamentos (PA's), não vamos perceber uma estratégia do Estado quanto ao seu planejamento espacial mas, antes, uma estratégia que vai sendo construída pela atuação dos movimentos. Creio não ser exagero afirmar que os projetos de assentamentos em áreas de Reforma Agrária são, hoje, dirigidos pelos movimentos sociais. Não se percebe uma estratégia de atuação do Estado no sentido de gerar oferta de terra mediante uma política de reforma agrária, mas a de tentar, aos trancos e barrancos, atender à demanda dos movimentos, de preferência conciliando-os com os interesses de grandes proprietários de terra, promovendo, antes, uma política de criação de assentamentos.

Ora, não é o Estado que tem condições de ter uma visão integrada e articulada do espaço, com condições de agir sobre todos os lugares? Como fica o Estado em sua função de planejador? Esta função é “prejudicada” pela dinâmica dos movimentos ou por sua falta de interesse ou o interesse é só o de resolver um “problema” ao invés de ver na Reforma Agrária uma possibilidade de construir um espaço mais justo? ou, ainda, este setor produtivo não é prioritário na “nova ordem” que se instala no País?

Movimentos Sociais e a Produção do Espaço

O que denominamos de Movimentos Sociais não é um todo homogêneo. Em se tratando de Movimentos Sociais que articulam os trabalhadores rurais sem terra vamos encontrar que são diferentes os grupos e os interesses que os unem e que os movem. Da articulação das lutas pela terra de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS), e do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná — MASTRO, nascido da resistência dos expropriados de Itaipu, organiza-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST, criado oficialmente em 1984⁴. Sem dúvida, hoje, o MST firma-se como um movimento exemplar não só no sentido de consolidar sua organização em todo o território nacional, mas também no de inspirar a criação de outros movimentos semelhantes. Contabiliza-se, hoje, em todo o País 25 movimentos organizados na luta pela terra.(MANÇANO, 2000). Só no Estado da Bahia, por exemplo, além do MST, temos mais três organizações atuando: Movimento Luta pela Terra—MLT, Movimento dos Carentes Sem Terra —MCST e Movimento da Luta dos Sem Terra—MLST.

Os mais organizados e com mais tempo de experiência, como o MST, demonstram dar um salto qualitativo em termos de estratégia de ocupação do espaço quando passam de ocupar terras “improdutivas” em qualquer lugar a definir quais as terras “improdutivas” que os interessam. Sentiram na pele as dificuldades de ocupar terra longe dos centros urbanos, longe de estradas asfaltadas, sem água, sem energia elétrica condições que, entre outras, passam a ter importância na definição de novas ocupações.

As ocupações mais recentes do MST no Recôncavo baiano, por exemplo, são todas localizadas próximas a centros urbanos e na beira do asfalto. Assim, são os movimentos que passam a imprimir a localização e, também, a responsabilidade sobre a qualidade das terras a serem desapropriadas. E uma função que deveria ser atribuição do Estado que, depois de muita pressão, só faz ratificar a escolha mediante decretos de desapropriação.

Também não fica evidente uma estratégia, ou preocupação, do Estado com relação à organização espacial interna dos Projetos de Assentamento, com significativas implicações nos rumos do seu desenvolvimento. Entendo que os Projetos de Assentamentos de população realizados dentro da política de Reforma Agrária são um

verdadeiro campo de força e, assim como se refere Milton Santos com relação ao espaço, sua energia é a dinâmica social (SANTOS, 1990:122). E sua compreensão não é tarefa exclusiva de nenhuma área do conhecimento, antes exige um esforço interdisciplinar, pois articula, também, todas as dimensões da vida.

Considerando que a minha área de atuação é a Geografia, procuro contribuir pensando o espaço geográfico dos assentamentos, como se estabelece sua produção bem como sua organização. Isso, não para propor um “modelo ideal”, mas antes visando a compreensão das diferentes dimensões que envolvem sua produção e a necessidade de pensar, de forma articulada, o seu processo de construção.

A construção do Projeto de Assentamento (PA) começa num momento anterior ao processo formal: nas ocupações e acampamentos. Etapas que se tornaram corriqueiras e antecedem o início do processo formal de vistoria, desapropriação e implantação do PA. O acampamento é o primeiro momento da ocupação da terra. É uma estratégia dos movimentos organizados de criar o fato como forma de pressão para dar início ao processo formal de desapropriação. Quase todos os PA's formam precedidos de acampamentos sendo, portanto, dois momentos distintos do mesmo processo que apresentam, também, uma espacialidade distinta.

Os acampamentos à beira das estradas ou nas fazendas não estão só marcando presença na paisagem. Não são apenas mais um punhado de “excluídos” como tantos que vemos nas favelas e áreas periféricas, inclusive das pequenas cidades e povoados do interior. A forma particular de organização e construção de seus barracos, a lona preta, a bandeira hasteada imprimem um significado que só pode ser interpretado analisando a estrutura da sociedade em que surgem. São excluídos, sim, mas a forma como se apresentam demonstra que, embora em sua aparência possam ser identificados com os outros “excluídos”, em sua essência não o são. Formam um segmento organizado que tem uma proposta alternativa para a sociedade que objetivamente os exclui.

Esta proposta é colocada em prática, de forma concreta, quando abrem a porteira ou arrebatam a cerca e transformam uma área “improdutiva” em roça; quando, em volta da casa grande, antiga sede da fazenda, implantam seus barracos e alimentam a esperança; quando o fruto que plantaram é colhido e levado para a sua mesa, à mesa de seus companheiros ou para o mercado. Estão, ao mesmo tempo, mudando a paisagem, produzindo um espaço, fazendo história e construindo uma geografia.

Esta geografia está marcando uma presença tão forte que se coloca como uma necessidade para nós geógrafos conhecê-la e interpretá-la. Mas, ao mesmo tempo, coloca-se como um desafio, pois a abrangência de sua dimensão não é tarefa exclusiva de nenhuma área do conhecimento, mas, como dissemos anteriormente, exige um esforço interdisciplinar. Não pode ser entendida de forma tradicional, simplesmente descritiva, ou como mera curiosidade acadêmica. O esforço para conhecer e interpretar esta geografia só tem sentido, como já nos ensinava Yves Lacoste, se contribuir para melhor pensar o espaço e para saber nele se organizar (LACOSTE, 1997).

Seguramente, quem hoje anda pelas rodovias brasileiras sempre encontra vários acampamentos de “sem-terras”, com seus barracos de lona preta, marcando a paisagem.

Mas, se a forma nos dá um ponto de partida para alcançar o conhecimento, como observa Milton Santos, “*está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação*”. Continua ele dizendo que “*não existe dialética possível entre formas enquanto formas, (...) nem, a rigor, entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre conteúdo social e as formas espaciais*” (Santos, 1996:88).

O conteúdo social engendrou novas estratégias de luta e de resistência dos excluídos. E as ocupações de terra deixaram de ser um ato isolado de poucos para ser um processo de intervenção no espaço, em todas as suas dimensões. Os movimentos sociais, os movimentos e organizações dos excluídos identificam as possibilidades do espaço e definem estratégias para conquistá-lo. As ocupações e os acampamentos são parte desta estratégia. Assim, se os barracos de lona podem ter a mesma forma, muita diferença faz estar num barraco na beira da estrada ou numa fazenda; e, ainda mais, entre estar numa área da fazenda considerada ainda como “acampamento” ou “área de conflito” ou em terra já oficialmente reconhecida. São etapas distintas da mesma luta e que vão definir, também, as formas distintas de organização do espaço.

O esforço em construir não mais barracos de lona mas casas mais sólidas só vai ser realizado quando o Estado reconhecer, legalmente, a área como sua. O mesmo vai ocorrer com o esforço em plantar lavouras permanentes ao invés de temporárias. Assim, pode-se interpretar que, entre muitos fatores, o ciclo do cultivo selecionado é proporcional à esperança em permanecer na terra. Continuando, ainda, na escala dos projetos de assentamentos, a análise quanto aos tipos de espaço produzidos pela política de assentamentos rurais e as tentativas de compreender como acontece a produção do espaço, na realidade dos assentamentos, têm permitido identificar, com muita clareza, a relação intrínseca entre processos sociais e processos espaciais. Identificando, também, como o planejamento espacial pode impor limitações/possibilidades à organização social da produção.

É nos Projetos de Assentamentos que vamos encontrar os trabalhadores rurais, que trazem em sua bagagem uma luta histórica pelo direito de acesso à terra. Ao se incorporarem aos projetos de assentamento, isto é, ao terem acesso à terra, passam a viver e enfrentar novos desafios que denominamos como a nova cara da luta pela terra. Este novo desafio supõe garantir sua permanência na terra conquistada e a realização do salto qualitativo que lhes permita condições dignas de vida e participar da sociedade na condição de cidadãos. Este desafio se traduz no esforço para tornar o assentamento produtivo. É um desafio enfrentado tanto pelos assentados como pelo Estado. Um, em sua prática e outro, em seu discurso.

No documento da Presidência da República — “Reforma Agrária — compromisso de todos” — se diz que “... *o grande desafio da reforma agrária hoje está em garantir a viabilidade econômica do assentamento*”. Esta posição é ratificada pelo Ministro Raul Junguermann que afirma “... *precisar melhorar os assentamentos tomando-os produtivos*”. Sem dúvida, é isto que querem também os assentados. Mas, se é desejo de ambos, por que tanta dificuldade em se conseguir este objetivo?

Primeiro, é preciso entender que existem diferentes óticas a considerar e para se querer um assentamento produtivo, a depender dos interesses. Para o Ministro, significa uma necessidade concreta de fazer render os investimentos, fruto do dinheiro público. Sua ótica é produtivista e sua estratégia é econômica. Além disso, os assentamentos devem entrar na lógica do desenvolvimento capitalista de produzir para o mercado, o que significa também consumir o que está à venda no mercado, colocando-os diretamente na órbita da subordinação ao capital. Para os assentados, o que predomina é a ótica da sobrevivência e da resistência, tornar os assentamentos produtivos, faz parte da estratégia política.

Independente das óticas, um projeto de assentamento só vai ter sucesso se levar em consideração uma série de questões. Entre tantas gostaria de destacar algumas que dizem respeito diretamente à Geografia, pois vencer o desafio está intrinsecamente dependente das condições que terão para trabalhar a terra. São questões que nos

remetem, em primeiro lugar, ao conhecimento do espaço em que vão trabalhar. O conhecimento do pedaço de terra que conquistaram, com tanto sacrifício e luta, vai ser estratégico para definir sua permanência nele. É um elemento fundamental para definir seu projeto de organização, de produção e de vida no assentamento. Implica definir o que vão plantar, como, com que técnicas e o destino de sua produção.

É aí que se percebe a distância entre a intenção e o gesto nas ações do Estado. Esta medida pode ser mensurada pelas condições fornecidas pelo Estado para tornar o assentamento produtivo. A responsabilidade do Estado não se limita às ações de vistoria, avaliação, desapropriação e liberação dos primeiros créditos. Sem dúvida, são atos importantes, mas têm que ser complementados com o fornecimento do aporte técnico necessário para pensar o processo produtivo em outros moldes que não o da mera subsistência ou de reprodução simples e dos recursos financeiros para realizá-lo.

A dinâmica e o ritmo que os movimentos imprimem aos processos de ocupação de terra, são distintos do ritmo das instituições oficiais e obrigam que, muitas vezes, os próprios movimentos assumam as ações de implementação dos assentamentos, inclusive as de planejamento espacial. Sem dúvida, trata-se de um planejamento executado em outras bases e outros parâmetros; um planejamento espacial que é feito, muitas vezes, sem ter sequer a planta do perímetro da área em mãos, quanto mais o estudo de solos ou de topografia! Onde é possível identificar, com muita clareza, a relação intrínseca entre processos sociais e processos espaciais. Pois, é um exercício, ao mesmo tempo, de construção do espaço e de organização da sociedade.

Conclusão

Embora em outras dimensões, os desafios, os conflitos e as perspectivas colocados para/pelos assentados na construção de seu espaço colocam-se, também, para o pesquisador em seu esforço de apreendê-lo. É uma tentativa de considerar o espaço como um objeto de pesquisa e como uma categoria de análise.

Um Projeto de Assentamento apresenta-se como uma ocupação diferenciada num espaço geográfico específico e que conta, para sua realização com o apoio do Estado. A questão principal que distingue os produtores assentados concentra-se, principalmente, no fato de que o desafio para superar os problemas da nova ocupação deste espaço físico implica a elaboração de uma proposta. Independente do modelo adotado, vencer o desafio e permanecer na terra conquistada passa por elaborar uma proposta e estabelecer práticas comuns que só são construídas, com eficácia, à medida que se constroem identidades entre eles. Dito em outras palavras, à medida que se sonham os mesmos sonhos.

Para finalizar, não obstante todas as limitações, os Projetos de Assentamentos trazem uma novidade implícita nesta forma de ocupação da terra. Muitos deles, como estratégia de resistência e de luta, desenvolvem processos produtivos construídos mediante a organização e cooperação que exigem e produzem uma organização do espaço diferenciada, rompendo com o modelo irremediável de fracionamento da terra em unidades individuais. As novas formas de produção impõem, também, novas formas de produção do espaço, desenvolvendo, ao mesmo tempo, uma nova perspectiva para a vida dos envolvidos nestes processos, que pode vir a significar um elemento de mudança exemplar para toda a sociedade.

¹ *Apresentado na mesa redonda “Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos*

Sociais” sob a coordenação de Bernardo Mançano, e, além da autora, foi composta por Wilton Cunha (UESB), Paulo Roberto Alentejano (UFRJ), José Rainha Junior (MST).

² *Forma de acesso à terra garantida pela ocupação. A Lei de Posses foi o regime reconhecido no Brasil, no período de 1822 até a aprovação de Lei de Terras, em 1850.*

³ *Trabalho realizado por OLIVEIRA, (1988) demonstra a “coincidência” da localização dos projetos agro pecuários com o registro de conflitos pela terra, na Amazônia Legal.*

⁴ Ver a respeito GERMANI (1982) e GERMANI (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GERMANI, G . Os expropriados de Itaipu. O conflito: Itaipu x Colonos. Cadernos do PROPUR, n. 3. Porto Alegre; PROPUR/ URGs, 1982.

GERMANI, G . Cuestión agrariay asentaminto de población en el área rural; la nueva cara de la lucha pôr la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990). Barcelona, 1993, 667p., Doutrado em Geografia, Universidad de Barcelona (Espanha).

LACOSTE, Y .s. A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra. São Paulo; Papyrus, 1997.

MANÇANO, B . Invasões forçam assentamentos Folha de São Paulo, 02.01 .2000. Caderno 1, p. II.

OLIVEIRA, A. U . A Geografia das lutas no campo. São Paulo; Contexto, 1988,

ORTEGA, N. Política agraria y dominación del espacio. Madrid; Ayuso, 979.

SANTOS, M . A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M . Por uma geografia nova. São Paulo;Hucitec, 1990.